

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - DÉFICIT  
COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**INCLUSÃO E PRÁTICAS ESCOLARES:  
PROBLEMATIZANDO A FORMAÇÃO DOCENTE**

**Walderlanea Bastos Sá**

**Boa Vista, RR, Brasil  
2010**

# **INCLUSÃO E PRÁTICAS ESCOLARES: PROBLEMATIZANDO A FORMAÇÃO DOCENTE**

por

**Walderlanea Bastos Sá**

**Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Especial.**

**Orientadora  
Msc. Vaneza Cauduro Peranzoni**

**Boa Vista, RR, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e  
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo  
Monográfico de Especialização

**INCLUSAO E PRÁTICAS ESCOLARES: PROBLEMATIZANDO A  
FORMAÇÃO DOCENTE**

elaborado por  
**Walderlanea Bastos Sá**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e  
Especialista Educação de Surdos**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**(Presidente/Orientador)  
Msc. Vaneza Cauduro Peranzoni**

---

**(Ms. UFSM) Beatriz S. Pontes**

---

**(Ms. UFSM) Camila Righi Medeiros Camillo**

**Boa Vista, RR, Brasil  
17/12/2010**

**Artigo de Especialização**  
**Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**  
**Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil**

**INCLUSAO E PRÁTICAS ESCOLARES: PROBLEMATIZANDO A FORMAÇÃO**  
**DOCENTE**

**AUTOR: Walderlanea Bastos Sá**

**ORIENTADOR: Msc. Vaneza Cauduro Peranzoni**

**CIDADE, Boa Vista/RR**

**RESUMO**

Este artigo aborda um aspecto de extrema relevância pela ótica das bases legais que amparam a inclusão da pessoa com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino, principalmente, em se tratando da formação docente para uma educação inclusiva. Diante da necessidade de reconhecer o papel dos docentes como elemento fundamental para a mudança de paradigma no que se refere à implementação da inclusão da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino. São apresentadas neste artigo, questões que devem servir de base para ampliar as discussões sobre o tema abordado. Assim sendo, os resultados da ação docente são significativos quando acreditamos que o trabalho em rede apresenta resultados positivos para a inclusão escolar e social do aluno com necessidades especiais.

Palavras-chave: formação; educação; inclusão.

## **ABSTRACT**

This article discusses an aspect of utmost importance from the perspective of the legal bases which support the inclusion of people with special needs in regular primary schools, especially when it comes to training teachers for inclusive education. Faced with the need to recognize the role of teachers as key to the paradigm shift regarding the implementation of inclusion of persons with disabilities in regular schools. Are presented in this article, issues that should form the basis for expanding the discussion on the subject. Therefore, the results of teachers' action is significant when we believe that networking has positive results for the educational and social inclusion of students with special needs.

Keywords: training, education, inclusion.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
Formação Docente: o professor como sujeito de transformação.....	10
Os Reflexos da formação do professor para uma educação inclusiva no Município de Boa Vista/Roraima.....	16
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>19</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>20</b>

## APRESENTAÇÃO

O presente artigo intitulado “Inclusão e Práticas Escolares: problematizando a formação docente” aborda um tema de extrema importância no que diz respeito à implementação da pessoa com necessidades especiais no sistema regular de ensino.

Pensar sobre o papel do professor na sociedade atual requer aprofundamento teórico e, sobretudo, um nível de criticidade sobre o que vem acontecendo com ele, com a Escola-Sociedade. Está em curso uma profunda mudança na relação Escola-Sociedade e parece que ainda não nos damos conta suficientemente das suas radicais mudanças.

A formação docente é um dos pontos preponderantes para o desenvolvimento das habilidades e potencialidades do aluno com necessidades especiais.

O tema em questão despertou interesse em virtude das experiências vivenciadas nas escolas públicas municipais do município de Boa Vista/RR.

Segundo Cortesão (2006), dadas as transformações sociais que estão se processando e a forma como estas impactam o cotidiano escolar, não podemos mais conviver com uma atuação docente realizada pelo “professor daltônico cultural” “aquele que não identifica a heterogeneidade dos grupos socioculturais com os quais trabalha”.

Nesta perspectiva é que se deve significar a formação de professores, nas atuais condições humanas e sociais, tema este, que é prioridade neste artigo.

Será considerado aqui o processo formativo que tenha em sua perspectiva curricular, a problematização das igualdades e das diferenças, construída no sólido conhecimento que o professor construa acerca de si mesmo na relação com seus alunos com necessidades especiais.

Os cursos de formação de professores, apesar dos discursos sobre inclusão e respeito às diferenças, tendem a reforçar o olhar fragmentado em categorias simplistas e excludentes que reduzem a educação à aplicação de técnicas.

Neste contexto, o referente artigo fornecerá informações e discussões úteis na análise da real situação de como os professores são preparados para atuarem junto aos alunos com necessidades especiais.

## **CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO**

O artigo em pauta pretende discutir a formação do professor para atuar na educação inclusiva.

De acordo com Vygotsky, temos de estar atentos aos conhecimentos que, através das interações, vão se construindo. Quais são as barreiras a remover para a inclusão do aluno no processo pedagógico?

As atitudes dos professores podem ser barreiras para a inclusão. Para Carvalho (2004), a realidade em nossas escolas tem se mostrado muito contraditória a esse respeito, porque, ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos com necessidades especiais em suas salas, há os que a temem, outros que a toleram e muitos que a rejeitam.

Os que temem afirmam sentir-se despreparados para lidar com as dificuldades de aprendizagem. Muitos, impregnados pelo modelo médico, sugerem a ação de especialistas, supostamente os mais indicados para atender a alunos com necessidades especiais.

Os que toleram, em geral, cumprem ordens superiores e transformam a presença do aluno em algo penoso, que pode ficar mais segregado ou excluído do que se estivesse em espaços especiais.

Os que rejeitam alunos com necessidades especiais em suas turmas defendem-se, afirmando que em seus cursos de formação não foram preparados e que não dão conta nem dos alunos ditos normais. Soma-se a isso uma série de descontentamentos com a situação da educação no Brasil.

Tais considerações remetem a questionarmos sobre a formação acadêmica e a formação continuada em relação ao trabalho com a diversidade.

Para atingir os objetivos deste trabalho, utilizou-se como linha de pesquisa um estudo de caso realizado no município de Boa Vista-Roraima, além de pesquisa bibliográfica.

Desse modo, apresento concepções a respeito da formação do professor em linha gerais, em seguida como se dá a formação do professor para uma educação inclusiva no município de Boa Vista-Roraima.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Formação Docente: o professor como sujeito de transformação

A situação dos professores perante a mudança social é comparável a de um grupo de atores, vestidos com trajes de determinada época, a quem sem prévio aviso se muda o cenário, em metade do palco, desenrolando um novo pano de fundo, no cenário anterior. Uma nova encenação pós-moderna, colorida e fluorescente, oculta a anterior, clássica e severa. A primeira reação dos atores seria a surpresa. Depois, tensão e desconcerto, com um forte sentimento de agressividade, desejando acabar o trabalho para procurar os responsáveis, a fim de, pelo menos, obter uma explicação. Que fazer?

Segundo Esteve,

continuar a recitar versos, arrastando largas roupagens, em metade de um cenário pós-moderno, cheios de luzes intermitentes? Parar o espetáculo e abandonar o trabalho? Pedir ao público que deixe de rir para que ouçam os versos? O problema reside em que independentemente de quem provocou a mudança, são os atores que dão a cara. São eles, quem terão que encontrar uma saída honrosa, ainda que não sejam responsáveis (ESTEVE, 1999).

Pode-se afirmar que, no tempo atual, o professor sente-se inseguro em relação às mudanças que vêm ocorrendo de forma acelerada. A sua formação acadêmica não condiz com as exigências sociais e as determinações legais. Mudanças que ocorrem de cima para baixo, sem a sua participação efetiva. Ele apenas recebe os modelos educacionais prontos, elaborados por um pequeno grupo de especialistas em educação. É ator de uma peça escrita e dirigida por pessoas que mal conhece.

Contudo, um professor que não tenha um nível razoável de angústia em relação à sua atividade, que não se sinta incomodado, não seja questionador e crítico, com certeza, não é um professor do tempo atual, pois no cotidiano escolar, é grande a carga de queixas dos professores, mais do que queixas, a educação atual sofre uma crise de identidade; de quem vem a ser o professor, o aluno, quais seus deveres e direitos. Todavia, fala-se de coisas pontuais, de uma série de manifestações isoladas, sem divisar o fio condutor que as permeia. Gramsci (1978), dizia que todo homem é intelectual – na medida em que qualquer ação humana

consciente é marcada por uma carga de reflexão, por uma intencionalidade –, embora *nem todos os homens desempenhem a função de intelectuais*.

O professor é intelectual por ser humano, embora esta obviedade seja, não raras vezes, ignorada ou negada, e deve ser intelectual também por exercer o papel de formador das novas gerações. Isto implica que não pode ficar na manifestação imediata das coisas, no fenômeno; precisa ir além, procurando resgatar o real sentido da sua prática docente. Refletir sobre o professor enquanto ser concreto exige que nos remetamos ao seu mundo de atuação. Analisar a realidade educacional nos dias atuais é confrontarmo-nos com um prodigioso leque de desafios. Assim, por exemplo, qualquer segmento que for ouvido (alunos, professores, pais, dirigentes, etc.) tem um rol enorme de queixas e angústias. São décadas de desmonte do sistema educacional brasileiro, aliado à crise de referenciais que estamos vivendo em termos de civilização. Todavia, tem de levar em conta esta realidade, reconhecer sua existência.

O professor freqüentemente se questiona sobre a sua prática “o que é que eu estou fazendo em sala de aula?”. “De que forma eu posso atender às expectativas dos meus alunos, da escola, da sociedade?”. Mais especificamente, pensando na temática desse artigo, o professor se pergunta: como devo atender as necessidades do aluno incluído?

O problema reside nas cobranças constantes feitas pela escola, pelos pais, pelo sistema educacional e pelo próprio professor. O professor mal preparado, mal remunerado, com carga horária sobrecarregada, sente-se impotente, inseguro, diante das exigências feitas por todas as esferas sociais.

Porém, por que há necessidade de se ponderar o ponto de vista social e político (macro), se a atuação imediata do educador é pedagógica, local? Antes de tudo, porque muito do que acontece em sua prática tem influência ou regulação externa (não dá para explicar a prática pedagógica por ela mesma). Além disso, não podemos perder de vista que sua ação tem a ver com uma opção política – no sentido amplo do jogo de poder que organiza a vida do cidadão e a coisa pública, de compromisso (ou não) com a busca do bem comum, e não necessariamente política partidária – tenha ele consciência ou não, uma vez que através dela está interferindo no destino da *polis*, contribuindo para a continuidade do que vem sendo historicamente, ou para superar suas contradições, em direção a uma sociedade mais justa, livre e solidária.

O pluralismo que se manifesta no âmbito educacional, nos permite afirmar que já não há um modelo de educação que seja aceito amplamente, o que significa dizer que, qualquer que seja sua opção metodológica, o professor estará sujeito a críticas, e o descontentamento do professor frente às críticas se revela nos discursos e nas reivindicações.

Tudo isto provocou um profundo mal-estar, uma verdadeira *crise de identidade* entre os educadores, crise esta que até hoje não é compreendida, nem resolvida. Embora tenha havido transformações no seu trabalho, na sua imagem social e no valor atribuído pela sociedade à educação, muitos professores sentem-se inseguros em relação às suas crenças e convicções, desamparados, agredidos, desrespeitados, perseguidos mesmo.

Por outro lado, há alguns indícios de melhoria nos cursos de formação de professores que começam a repensar suas estruturas, suas concepções de educação.

Convivemos com esta ambigüidade: o professor e a escola, ao mesmo tempo em que são vistos como indispensáveis, contraditoriamente são vistos como superados, indesejáveis ou como um enorme “peso” para as mantenedoras (sejam públicas ou privadas). Verifica-se a ambivalência: o desprezo na prática, aos apelos do professor acompanhado da sua valorização simbólica (a profissão docente fica entre os primeiros lugares nas pesquisas de opinião pública sobre credibilidade...).

Frente a este quadro, emerge a questão: seria o professor necessário ou, na verdade, estaria querendo resistir à extinção de seu papel social? Será que esses fatos todos não estariam nos dizendo: professor vá para casa, o seu tempo já acabou; já não há mais espaço para você... Assim, como muitas profissões já acabaram, não teria chegado o momento do magistério? Que importância tem o professor?

Num primeiro momento, podemos dizer que para alguns segmentos da sociedade, o professor e a escola são necessários, tendo em vista o aumento das atribuições da escola, a valorização da criança na sociedade, a exigência de pessoas mais criativas no trabalho (sociedade do conhecimento; novo paradigma gerencial-administrativo), bem como a necessidade de preparar as novas gerações para uma sociedade de mudanças rápidas. A situação do professor tem obviamente, uma relação intrínseca com a percepção social do valor da escola.

Do ambiente escolar, pode-se depreender um apelo em favor da mudança, a começar pela situação concreta do próprio professor, seja em termos profissionais (formação, remuneração, valorização, etc.), pedagógicos (desinteresse dos alunos, indisciplina, baixa aprendizagem, etc.), ou institucionais (número de alunos, instalações, materiais, etc.). Ampliando um pouco mais o enfoque, temos os alunos com seus dramas pessoais e familiares; os alunos com necessidades especiais e já estamos inseridos na lógica social maior, perversa, excludente e desumana. Para quem não perdeu a sensibilidade, este é o ponto de partida: a necessidade de transformação.

Essa transformação perpassa pela necessidade das universidades investirem de forma mais intensa na formação do professor, investimento esse, que precisa respeitar e trabalhar com a diversidade e a inclusão.

De acordo com Freitas (2008), articular as temáticas, formação docente, diversidade e inclusão tornam-se uma tarefa desafiadora quando a sociedade e o sistema escolar buscam meios de garantir a todos o cumprimento dos seus direitos e deveres previstos constitucionalmente. Assim, o momento de reflexão acerca da formação docente é imprescindível face aos desafios que convivemos na educação brasileira.

Assim sendo, assumir a inclusão como política social e educativa pressupõe superar a concepção erroneamente difundida que reduz a diferença à diversidade. Tratar a questão da inclusão pela diferença não pressupõe anular a diferença, mas (re)esignificá-la. Necessário se faz pensar a diferença de um campo político, em que experiências culturais, comunitárias e práticas sociais são colocadas como integrantes da produção dessas diferenças.

O processo de inclusão deve ser compreendido como um processo interativo e dinâmico resultante da influência mútua de múltiplos fatores.

A responsabilidade da inclusão de alunos com necessidades especiais é de toda a comunidade escolar e representa uma oportunidade, um objetivo para que a escola não caminhe para um grupo de pessoas homogêneas.

Logo, a formação de professores precisa ser repensada em seus diferentes níveis, para que possam ser formuladas e encontradas soluções compatíveis com a urgente necessidade de melhoria das propostas educacionais de nossas escolas para então podermos falar de uma educação para Todos. Sob essa ótica, acredita-se que é no entrelaçamento entre Educação Especial e Educação Geral que se dará

a base para a proposta de educação para Todos, tanto nas suas dimensões relacionadas às políticas públicas, da formação de professores e das práticas pedagógicas, quanto das possibilidades e das ações para que o processo de inclusão educacional da pessoa com necessidades especiais seja implementado.

Cabe ressaltar, porém, a dicotomização entre o ensino considerado regular e aquele categorizado como Educação Especial, pois esta dicotomização reflete-se claramente nas posturas que vem orientando as práticas de formação de professores. A discussão que se estabelece, tende a manter as práticas de formação de professores especialistas e professores generalistas, em processos diferenciados. Bueno (1999b), em artigos que questionam essa formação, nos aponta a necessidade de que sejam capacitados professores do ensino comum, com formação básica que lhes possibilite atuar em contexto de diversidade, os chamados *generalistas*, e a formação de professores *especialistas* qualificados em áreas específicas que teriam como função compor equipes de atendimento específico para os alunos com necessidades especiais e que atuem como apoio aos professores das salas de ensino regular.

Mendes (apud PEREIRA, 2002, p. 26-27), em estudo em que analisa a situação de formação de professores para o atendimento a alunos com necessidades especiais e, reforçando a perspectiva de uma formação dicotomizada, afirma que:

Não há previsão de programas especiais para a formação em Educação Especial. Este fato aumenta a indefinição de como irá se efetivar a formação nesta área (...) Portanto, a formação de professores em Educação Especial permanece indefinida e mais provisória ainda do que antes.

Essa concepção é referendada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2004), embora, em seu Artigo 4º recomende que os sistemas municipais, estaduais e federais ofereçam aos professores que já estão exercendo o magistério oportunidades de formação continuada, inclusive no nível de especialização, sem, no entanto, dar indicações dos princípios dessa formação.

As Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia aprovadas pela Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, apresenta um avanço relevante na concepção da formação de professores para o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais ao incluir esse atendimento, em um único inciso no contexto de uma variada condição da diversidade humana, sem delimitar espaços

demarcados pela deficiência. No inciso X de seu artigo 5º (BRASIL, 2006), determina que:

O egresso do Curso de Pedagogia deverá estar apto a: [...] demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras.

Na análise de teses, dissertações e, em especial, de documentos orientadores veiculados pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação-SEESP/MEC, se fortalece uma tendência de indicar a formação de professores especialistas, com a perspectiva de atuarem em colaboração com os professores das classes comuns. Este movimento realiza-se, na maior parte das vezes, dividindo discussões gerais de formação de professores que se realizam nos espaços próprios de discussão estabelecidos nos fóruns representativos dos professores, numa perspectiva de que, assegurando a dicotomização de sistemas, contribui para a manutenção do Paradigma da Exclusão em nossa sociedade.

Se considerarmos que o século XXI está dando continuidade ao processo de rupturas do Universal – como parâmetro de normalidade – ao múltiplo, tomando como parâmetro, orientar as relações humanas, precisaremos repensar as bases de formação dos profissionais que atuam na educação especial, em especial dos docentes. Em uma estrutura educacional pautada na multiplicidade, não há formação especializada prévia que possa dar conta de todo o espectro da diversidade humana, mas há a necessidade de investir-se em processos de formação que, articuladamente, favoreçam a predisposição à reconstrução das práticas docentes por todos os profissionais, no contexto de seu desenvolvimento profissional, postura que demanda uma reorientação nos processos atualmente adotados na Formação de Professores.

No cotidiano escolar, é grande a carga de queixas dos professores. Todavia, fala-se de coisas pontuais, de uma série de manifestações isoladas, sem divisar o fio condutor que as permeia. Gramsci (1978) dizia que todo homem é intelectual – na medida em que qualquer ação humana consciente é marcada por certa carga de reflexão, por uma intencionalidade. O professor é intelectual por ser humano (embora esta obviedade seja, não raras vezes, ignorada ou negada), e deve ser intelectual também por exercer o papel de formador das novas gerações. Isto implica

que não pode ficar na manifestação imediata das coisas, no fenômeno; precisa ir além, procurando resgatar a tecitura que compõe o real.

### **Os Reflexos da formação do professor para uma educação inclusiva no Município de Boa Vista/Roraima**

A formação do professor para uma educação inclusiva no município de Boa Vista/Roraima tem sido intensificada nos últimos cinco anos. Cursos de Capacitação e Especialização em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado tem sido oferecidos pelo município de maneira sistemática, visando a implementação da inclusão da pessoa com necessidade especial nas escolas municipais.

A demanda pela procura por Cursos de Capacitação e Especialização em Educação Especial vem crescendo gradativamente. São inúmeros os motivos pela procura, entre eles: melhoria da prática docente, imposição da Secretaria Municipal de Educação, melhoria salarial, a demanda crescente de matrícula de alunos com necessidades especiais na rede municipal de ensino e, sobretudo, o entendimento de que a inclusão é um caminho sem volta e em assim sendo, a formação é condição imprescindível para a efetivação da inclusão no Município e no Estado.

Das 51 escolas municipais 25 já possuem Sala de Recursos Multifuncionais e todos os professores das referidas salas fizeram o Curso de Capacitação em Atendimento Educacional Especializado – AEE e em sua maioria farão o Curso de Especialização em AEE, oferecido pelo MEC.

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora, organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. Complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

O público alvo do AEE são alunos com necessidades especiais e os demais, que precisam ser atendidos nas suas especificidades, para que possam participar ativamente do ensino comum.

O AEE oportuniza o enriquecimento curricular (para alunos com altas habilidades) e se articula com a proposta da escola comum, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. Constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino, embora participar do AEE seja uma decisão do aluno e/ou de seus pais/responsáveis.

O AEE é realizado no período inverso ao da classe comum freqüentada pelo aluno e, PREFERENCIALMENTE, na própria escola desse aluno. Há ainda a possibilidade de esse atendimento acontecer em uma escola próxima.

Assim sendo, o Atendimento Educacional Especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino escolar (básico e fundamental), de preferência nas escolas comuns da rede regular. Esse é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento do aluno com seus pares de mesma idade cronológica e para a estimulação de todo tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo. O AEE é tão importante que é garantido pela Constituição Federal.

Para garantir a inclusão da pessoa com necessidades especiais, o AEE disponibiliza a Sala de Recurso Multifuncional que é um espaço organizado com materiais pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais do aluno, projetadas para oferecer suporte, favorecendo o acesso ao conhecimento.

Assim, a Sala de Recursos Multifuncionais vem somar esforços para que os alunos com necessidades educacionais, por meio de aprendizagens centradas em um novo fazer pedagógico, construam seus conhecimentos, desenvolvam o currículo e participem da vida escolar numa perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

Contudo, ainda temos um longo caminho a percorrer para que a inclusão da pessoa com deficiência se efetive realmente. Como exposto anteriormente, se por um lado, existem educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos com necessidades especiais em suas salas, por outro, há os que os temem e os que apenas toleram, e muitos que rejeitam. Essa realidade dificulta sobremaneira o processo de desenvolvimento e inclusão do aluno com necessidades especiais nas salas de ensino comum.

No município de Boa Vista, apesar de todos os esforços em direção da inclusão, percebe-se que a formação do professor por si só não é fator

preponderante para a inclusão da pessoa com necessidades especiais, é preciso que o professor acredite e queira realmente participar do movimento inclusivo, que realize um trabalho coletivo, envolvendo a família, a comunidade, os profissionais da saúde e toda a comunidade escolar no seu caminhar rumo à inclusão da pessoa com necessidades especiais. Além disso, existem outros fatores que emperram o caminhar para uma educação inclusiva, fatores tais como, falta de políticas públicas, de acessibilidade arquitetônica e atitudinal, de materiais e equipamentos específicos, dentre outros.

Sabe-se que o caminho a percorrer é longo, porém, o caminhar é um processo irreversível e que a inclusão da pessoa com necessidades especiais no sistema regular de ensino se efetivará e estes terão os seus direitos enquanto cidadãos brasileiros garantidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo proporcionou momentos de maior aprofundamento, reflexões e questionamentos a respeito da formação do professor para uma educação inclusiva, pois esta é uma realidade atual e, é nesta perspectiva que a transformação da prática docente torna-se um instrumento indispensável para acelerar e dinamizar este fenômeno.

Não podemos deixar de enfatizar a necessidade de os gestores públicos lançarem um olhar mais criterioso e com mais “quereres” sobre a educação inclusiva, disponibilizando todos os recursos necessários para a real implementação da inclusão da pessoa com necessidade especial na escola e na sociedade.

O movimento em prol da inclusão deve ser um trabalho coletivo, parceiro, sério, onde todos – gestores públicos, professores, comunidade escolar e a sociedade como um todo – tenham um mesmo propósito.

Corroborando com Cláudia Werneck, acredito que é necessário entender que a inclusão não é, definitivamente, uma forma generosa de resolver o problema da segregação dos estudantes com necessidades especiais. A escola inclusiva é a saída para a crise do sistema de ensino brasileiro. Tanto a escola especial quanto a escola regular geram segregação e competição.

Ainda, de acordo com Werneck se faz necessário divulgar conceitos compatíveis com a escola inclusiva: local onde as gerações se encontram se entendem e se reconhecem como parte de um todo indivisível. Nessa escola, as dificuldades e as limitações (reais e temporárias ou não) de cada estudante, funcionam como estímulo para o enfrentamento dos desafios da vida comunitária, que transcendem o conteúdo e os demais ensinamentos que as salas de aula mal conseguem proporcionar aos alunos.

## REFERÊNCIAS

- ANDREA Marli (org.). **O papel da pesquisa na formação e prática dos professores**. Campinas – São Paulo: Papirus, 2001.
- BRASIL. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 11. Brasília, 16 de maio de 2006.
- BUENO, José Geraldo da Silveira. Crianças com necessidades especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 3, n. 5, p. 7-25, set. 1999b.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CORTESÃO, L. **Ser professor: um ofício em risco de extinção?** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2006.
- ESTEVE, J.M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- FREITAS Soraia, Napoleão (Org.). **Tendência contemporânea da inclusão**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- WERNECK, Cláudia. **Sociedade Inclusiva: Quem cabe no seu Todos?** Rio de Janeiro: WVA, 2000.
- MANTOAN Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.
- PEREIRA, Elayne Cristina. **Avaliação de uma experiência de formação para formadores de professores de magistério sobre educação inclusiva**. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.
- SIEMS, Maria Edith Romano. **A construção da Identidade Profissional do Professor da Educação Especial em Tempos de Educação Inclusiva**.

Dissertação (Mestrado em Educação Especial) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação.** 8ª ed. São Paulo: Libertad, 2001.